

MORBIDADE, HIGIENISMO E INFÂNCIA EM LIMOEIRO 1890 – 1916

Luzia Leila Velez de Miranda¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo central refletir sobre a mortalidade infantil em Limoeiro no período correspondente aos anos de 1890 a 1916, através das fontes paroquiais de óbitos, procurando perceber os períodos que apresentavam maior e menor agudeza no que se refere ao obituário infantil, uma vez que o período acima referido foi marcado por momentos de grandes transformações, ou intervenções, sanitárias no Brasil. Assim, buscamos compreender como se deu esse processo a nível estadual e, por conseguinte municipal e quais foram seus reflexos no cenário da mortalidade infantil e no cotidiano da sociedade limoeirense.

Palavras Chave: Higienismo – Doenças – Infância - Mortes Prematuras.

RESUMEN

Este artículo está dirigido principalmente a reflexionar sobre la mortalidad infantil en Limoeiro en el período correspondiente a los años 1890-1916, a través de los registros parroquial de los difuntos tratando comprender los plazos de preaviso tenían nitidez superior y la inferior con respecto a la nota necrológica de la infancia, uno dado que el periodo anterior estuvo marcada por momentos de grandes cambios, o las intervenciones, la salud en Brasil. Por lo tanto, tratamos de entender cómo este proceso se llevó a cabo a nivel estatal y por lo tanto provincial y cuáles fueron sus consecuencias en el escenario de la mortalidad infantil y en la sociedad Limoeirense cotidiana.

Palabras Clave: Higienismo – Enfermedades – Infancia - Muertes Prematuras.

INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste trabalho foi realizar um estudo demográfico quantitativo através de registros paroquiais de óbitos a mortalidade infantil em Limoeiro no período de 1890 a 1916. Assim, analiso o quadro mórbido do Brasil, Ceará e em especial Limoeiro, bem como as taxas de mortalidades nesse período, que coincide com o processo de intensificação das políticas públicas de higienização. Estas políticas, portanto, visavam o controle da sociedade, criando e impondo novas regras e costumes.

Gostaria de destacar, ainda, a grande importância dos registros paroquiais de óbitos para o estudo da mortalidade infantil e adulta em Limoeiro no período de transição do século XIX para o século XX. Essa importância se torna mais sentida quando constatamos que há pouco ou quase nada de qualquer outro registro que nos pudessem servir como fonte de pesquisa. Consciente de que os assentos de óbitos por si

¹ Graduada em História pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE e Mestre em Formação dos Profissionais da Formação pela Universidade de Granada – Espanha. Professora Substituta do Departamento de História da Universidade do Vale do Acaraú. luzialeila@gmail.com

só não dizem nada, como qualquer documentação, precisam ser problematizados através de métodos historiográficos como qualquer outra fonte. No entanto, analisados quantitativamente e interrogados dentro de um determinado contexto social, econômico e cultural, muito nos farão conhecer do passado que queremos estudar. Nesse sentido, “os registros paroquiais constituem uma rica fonte de análise demográfica quando empregados com cuidado e técnicas eficientes”.²

Assim, os estudos demográficos históricos favorecem a compreensão e recomposição da história social de grupos que até então passavam despercebidos por não serem reconhecidas as suas atuações, ou mesmo mencionados, como no caso em estudo. Portanto, a demografia histórica inova no sentido de abrir possibilidades para outras leituras e análise de fontes através do método de estudos da família. A justificativa para esse recorte temporal deve-se, entre as muitas questões, a que mais me inquietava, era o exorbitante número de óbitos infantil no período estudado. Em virtude da abordagem serial de minha pesquisa, decidi analisar os registros de óbitos infantis procurando perceber os períodos que apresentavam maior e menor agudeza no que se refere ao obituário infantil, uma vez que o período acima referido foi marcado por momentos de grandes transformações, ou intervenções, sanitárias no Brasil. No entanto, de modo geral, podemos perceber que em Limoeiro poucos foram os reflexos desses eventos, pois, quando voltamos para a pesquisa empírica, vimos que a mortalidade infantil permanece alta em todo o período estudado, assim como a variedade de doenças que, de forma endêmica, e às vezes epidêmica, continuavam e se alastrando por todos os recantos de Limoeiro e, de maneira mais ampla, por todos os recantos do Ceará.

DOENÇAS E MORTALIDADE INFANTIL EM LIMOEIRO - 1890 A 1916.

No decorrer do século XIX, período do Brasil Imperial, a diversidade de doenças classificava o país como doentio. As epidemias se alastravam por todas as regiões do Império aterrorizando a população e aumentando o quadro mórbido de maneira significativa.

Já no início do período republicano as atenções se voltavam mais para o desenvolvimento das grandes cidades, reordenando-as e higienizando-as,

² HOLLINGSWORTH, Thomas H. Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo. In: GUAZZELLI, Enio Matheus & CIA. LTDA. (ORGs). Demografia Histórica. São Paulo: Pioneira Editora, 1977.

principalmente as do sul do país. Essas reformas no campo sanitário garantiam o movimento dos portos e a exportação do café. No entanto, as mesmas chegam de forma diferenciada nas outras regiões.

A forma com que a economia e as relações de produção foram se dividindo nas regiões nordeste e sul do Brasil, nordeste parte agrária e sudeste a parte mais industrializada, determinou a atitude dos serviços públicos em relação à saúde da população. Desse modo, “o quadro econômico, totalmente diverso entre o sul e nordeste determinará o surgimento de práticas sanitárias também totalmente diferentes”.³

No Ceará, historicamente o quadro médico sempre foi extremamente precário. As grandes epidemias, somadas aos períodos de estiagem e à falta de uma política de saúde pública por parte dos órgãos administrativos, contribuía para que as doenças tomassem conta, no período imperial, de toda a Província, e, no período republicano, do Estado. Assim, as organizações sociais e a saúde pública sofriam com os descasos administrativos e, com isso, era comum os surtos epidêmicos se espalharem por todos os espaços cearense, tanto urbano como rural, dizimando parte de sua população.

Cincinato Ferreira Neto ao se referir a região Jaguaribana no final do século XIX, apresenta como era a situação sanitária e médica da época. Desse modo, “o quadro que se desenhou no cotidiano da maioria da população do Baixo e do Médio Jaguaribe no final do século XIX foi desolador: doença, seca, fome, descaso das autoridades, perdas de trabalhadores, empobrecimento permanente”.⁴

Quanto às doenças, essas eram as mais variadas possíveis. Até mesmo as que, atualmente, são de caráter mais simples, como a diarreia, eram, à época, mortais. No entanto, é bom lembrar que, nos períodos de estiagens, a fome também era um fator que contribuía para o aumento das mortalidades, pois um organismo mal alimentado fica fragilizado e propício para doenças de todas as ordens como, por exemplo, o raquitismo.

Nessa perspectiva, o Vale do Jaguaribe⁵, desde o século XIX foi assolado por diversos surtos epidêmicos. A febre amarela, por exemplo, a partir de 1851, foi

³ BARBOSA, José Policarpo de Araújo. História da Saúde Pública do Ceará: da Colônia a Vargas. Fortaleza: edições UFC, 1994. p.25.

⁴ FERREIRA NETO, Cincinato. Estudos da História Jaguaribana: notas, documentos e ensaios diversos para a história do baixo Jaguaribe; Premium; 2003. COSTA.

⁵ A ocupação no Vale do Jaguaribe teve início no século XVIII em decorrência da criação de gado a partir de duas rotas de penetração: uma vinda de Pernambuco pelo baixo curso do rio Jaguaribe, e outra, procedente da Bahia, vinda pelo alto curso do rio. As grandes fazendas aí estabelecidas eram utilizadas para agropecuária extensiva, produzindo charque para o abastecimento das áreas canavieiras do Nordeste Oriental e para a comercialização nas áreas de mineração da Bahia e Minas Gerais. O rio Jaguaribe foi, assim, um dos principais caminhos para a ocupação e povoamento cearense. Cf. Hildelbrando Soares. In:

responsável por um grande número de mortandade na região. No ano de 1862, foi à vez de a população jaguaribana enfrentar a cólera. Por conseguinte, em 1874, o sarampo e a bexiga abateram-se sobre a região.⁶

A falta de médicos e remédios farmacêuticos motivava a população, urbana e rural, a utilizar-se de remédios tradicionais oriundos de uma medicina caseira. A medicina oficial, por sua vez, utilizava-se, também, para solução das moléstias, de métodos nem sempre eficientes. No que diz respeito às vacinas, estas eram raras na província do Ceará.

Portanto, em boa medida, as precárias condições da saúde pública contribuíram para essa realidade. O livro de atas da câmara municipal de Limoeiro, referente ao ano de 1874, revela a preocupação com o estado de calamidade da saúde pública, levando o poder municipal a exigir medicamentos e providências rápidas do governo provincial no combate ao sarampo.

Exigindo V. Ex.^a no já citado officio que esta Camara informasse relativamente ao estado sanitário deste município, no ano findo, cumprindo o faz pela maneira seguinte: Tendo aparecido em 1869 a febre amarela neste município, no mesmo se acastellou até hoje ainda que não muito forte, com tudo sempre uma vez por outra vai fazendo vítimas, assim como grassou o sarampo todo o anno passado, fazendo vítimas em todo o município, e ainda continua a grassar aparecendo, no fim do ano próximo findo a peste de bexigas, tendo sido seu desenvolvimento no lugar Sapé distante d'esta villa 1 legoa a onde já fez vítimas, e hoje se acha dentro desta villa, cauzando por isso grande terror por se achar todo o povo sem vacina.⁷

Quase duas décadas depois, em nove de junho de 1890, a Câmara Municipal de Limoeiro declara, em ata, o estado de calamidade pública que passava a Freguesia com a epidemia da febre typhoide, uma vez que a falta de médicos, remédios e cuidados sanitários agravavam ainda mais o quadro.

Este conselho compenetrado dos deveres e de suas atribuições, não pode absolutamente deixar de empregar sérios esforços, no intuito de ao menos memorar os sofrimentos de seus munícipes, que estão sendo cada dia victima da epidemia de febre typhoide ou palustre, grassamente há muito nesse município. A população desfavorecida morre completamente a mingua, na impossibilidade de meios para comprar o mais insignificante remédio. E portanto afflictissimo a sorte desses infelizes, que acham-se tão precárias,

SOARES, Hidelbrando dos Santos. Elementos para uma Geografia Histórica do Baixo Jaguaribe: as transformações do espaço agrário regional. In: Propostas Alternativas - Vale do Jaguaribe: Natureza e Diversidade Cultural – II. N° 7, 2000.

⁶ FERREIRA NETO, Cincinato. Estudos da História Jaguaribana: notas, documentos e ensaios diversos para a história do baixo Jaguaribe; Premium; 2003. COSTA.

⁷ Correspondência da Câmara de São Bernardo 1862 – 1916 – caixa 78

acossados pela fome e nudez em consequência da cruel seca que atravessamos, cujo efeitos perduram ainda, são acometidas da epidemia, sem que ao menos nutram mais leve esperança de encontrar uma tentativa a seus sofrimentos.⁸

O Ceará, a exemplo das demais áreas do território brasileiro, tem, historicamente, sofrido com problemas de saúde pública. Raimundo Batista Aragão ao se referir o Ceará no final do século XIX, mostra como se encontrava esse quadro.

O problema sanitário do Ceará sempre foi considerado um dos mais graves. Nenhum exagero se cometeria ao afirmar que até piolho e bicho-de-pé causavam danos a saúde, proliferando largamente em meio às populações menos esclarecida.⁹

No final do século XIX e início do XX, o Ceará é dominado “por uma das mais retrógradas e violentas oligarquias que se tem na história”¹⁰, oligarquia Acioli. Nesse período de rigidez política não consta nenhum tipo de intervenção higiênica, patrocinadas pelo Estado, o que contribuía para o recrudescimento das epidemias, não só na capital, Fortaleza, mas em todo estado. Para, além disso, o poder público atrapalhava as ações individuais de controle epidêmicos, como no caso das intervenções do farmacêutico Rodolfo Teófilo, que, muitas vezes, eram barradas pelo governo. Segundo José Policarpo Barbosa,

Diferentemente de Osvaldo Cruz, a ação de Rodolfo Teófilo se dá sem a ajuda do governo. Pelo contrário, o poder público tenta, de todas as maneiras, dificultar o seu trabalho. A partir de 1905, quando a luta contra a varíola já apresentava resultados surpreendentes, o jornal “A República”, órgão que representava os Aciolis, inicia uma torpe campanha para desmoralizar a vacina. A acusação era de que, no lugar de proteger contra a doença, a vacina poderia levar a morte p. 73.¹¹

Apesar de escassos, e quase ineficazes métodos de combate aos surtos epidêmicos, à vacinação foi, nos inícios do século XX, um dos recursos utilizados. No entanto, “eram feitas de forma irregular e insuficiente, com linfa importada do Rio de

⁸ Ata da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, Ceará ao Cidadão Governador do Estado do Ceará, em 09 de junho de 1890.

⁹ ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará, 2ª Ed. Ceará. Imprensa Oficial do Ceará, IOCE. 1985 – 5 v, p. 199.

¹⁰ BARBOSA, José Policarpo de Araújo. História da Saúde Pública do Ceará: da Colônia a Vargas. Fortaleza: edições UFC, 1994. p. 71.

¹¹ Idem. p. 71.

Janeiro, que, em razão do transporte inadequado, diminuía em muito o seu poder imunogênico, contribuindo para seu descrédito junto à população”¹²

Assim, a luta para esclarecer a população de sua importância para o controle epidemiológico era árdua, pois a falta de apoio do Estado e, ao mesmo tempo, a oposição do Governo elevou os índices mortuários e a disseminação de várias epidemias.

A escassez de medicamentos farmacêuticos e a inexistência de combate aos focos epidêmicos levaram a população a se utilizarem à medicina popular. De acordo com Batista Aragão, em meados do século XIX no Ceará, “tudo era tratado à base de raízes, do óleo de rícino, de jalapa e outras beberagens conhecida como cabacinha, resinas diversas e pós que nenhum poder de cura representavam.”¹³ Em muitos casos, os efeitos dessas beberagens eram contrários às enfermidades dos doentes, provocando, muitas vezes, a aceleração do óbito.

No caso da mortalidade de crianças no Brasil, essas eram vistas pela população leiga como a “vontade de Deus”. De acordo com Edith Oliveira Menezes, “grande parte da história da cristandade inclui uma louvação da pobreza, que fortalece a cultura do conformismo”.¹⁴

Para tanto, os sertanejos, em sua maioria, eram religiosos fervorosos, acreditavam realmente nessa teoria e, com isso, naturalizava, por exemplo, a mortalidade infantil. De acordo com Gilberto Freyre, “a influencia em nossos costumes: ainda hoje entre matutos e sertanejos e, mesmo entre a gente pobre do Norte, o enterro de criancinha, ou de anjo, como geralmente se diz, contrasta com a sombria tristeza dos enterros de gente grande”.¹⁵

Ainda segundo Freyre¹⁶, a hipótese mais provável para esse descaso e conformação, diante da morte de uma criança no Brasil, foi herdado desde o período da colonização, com os jesuítas, para justificar o alarmante número de mortalidade infantil dos indígenas. Esse era o discurso consolador para as mães, pois o seu filho morto estaria em bom lugar e, além do mais, os padres ganhavam a confiança dessas mulheres para melhor catequizá-las.

¹² Idem. p. 71.

¹³ ARAGÃO, Raimundo Batista. História do Ceará, 2ª Ed. Ceará. Imprensa Oficial do Ceará, IOCE. 1985 – 5 v, p. 199.

¹⁴ MENEZES, Edith Oliveira; José Micaelson Lacerda Morais. Seca no Nordeste: desafios e soluções. São Paulo: Atual, 2002.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 12ª ed., Brasília, ed. Da UnB, 1963. p. 201.

¹⁶ Idem!

Nos tempos de catequese, os jesuítas, talvez para atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil que se seguiu ao contato ou intercuro em condições disgenéticas, entre as duas raças, tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança. Não era um pecador que morria, mas um anjo inocente que Nosso Senhor chamava para junto de si.¹⁷

Nesse contexto, era muito comum a morte de uma criança ser comemorada pelos pais. Cândida Galeno se referindo aos ritos fúnebres do interior cearense no século XIX, mostra como era recebida e encarada a morte de uma criança nessa época, já que “em vez de propiciar tristeza, era motivo de grande satisfação, pois é corrente ainda hoje que quem manda um “anjinho” para o céu tem quem interceda noite e dia por si junto a Deus”.¹⁸ Assim, a naturalização da morte de uma criança era comum para essa sociedade.

Até o final do século XIX, no Brasil, a mortalidade infantil era muito elevada e chegou a marcar o imaginário justificador que, comparando a criança morta aos anjos, procurava minimizar a repercussão de sua morte. Dessa forma, a morte de uma criança não era vivenciada com muito sofrimento, mas até como uma certa credencial divina, devido a identificação da criança morta ao anjinho, puro e ainda intocado pelo pecado.¹⁹

Desse modo, podemos pensar que essa naturalização da mortalidade infantil era um fator que poderia ter acarretado o grande número de óbitos infantis, uma vez que era normal a morte de uma criança e até mesmo era a alegria e certa compensação divina para seus pais.

É comum entre o povo festejar a morte da criança. Logo depois do enterro, faz-se uma função, e nesta, ao som de viola, entoam-se a desafio louvores de anjinhos e aos pais destes, enquanto dança-se a bom dançar e perto estoura a roqueira ou bacamarte. Dizem – que feliz é quem morre em terna idade, porque livra-se do futuro sofrimento e talvez da perdição eterna, e que o anjo vai ao céu advogar a causa de seus pais.²⁰

Assim sendo, a morte infantil nesse contexto era naturalizada e até mesmo festejada, haja vista a sua compreensão difere muito da concepção de vida e morte da criança nos dias atuais. Portanto, o tempo histórico de cada experiência humana traz

¹⁷ Idem. p. 201.

¹⁸ GALENO, Cândida; Henriqueta Galeno. Ritos Fúnebres no Interior do cearense. Fortaleza, 1977, p. 57.

¹⁹ TRINDADE, Judite Maria Barboza. Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo, AMPUH/Humanistas Publicações, vol. 19, nº 37, 1999. Semestral, p. 39.

²⁰ GALENO, Cândida; Henriqueta Galeno. Ritos Fúnebres no Interior do cearense. Fortaleza, 1977. p. 65.

consigno suas especificidades que posta a luz do tempo presente apresenta novos questionamentos que até então não eram percebidos. Nesse sentido, a história requer um constante revisionismo.²¹

Analisando o obituário infantil de Limoeiro no período estudado, vemos como algumas doenças permaneceram, por várias décadas, quase com a mesma intensidade. As febres, por exemplo, mencionada anteriormente se mantiveram presentes durante todos os anos que compõem o período em estudo, sendo, por sua vez, a causa mais frequente da mortalidade infantil em Limoeiro.

De acordo com os números levantados da pesquisa nos anos de 1890 a 1899, foram registrados 909 tipos diferentes de doenças: 104 eram de maligna, ou seja, mais de 10% e, 310 casos de febres, no caso 30%.

Uma década após a esse período acima citado, de 1900 a 1909, temos dados ainda mais alarmantes. Dentre 808 tipos diversos de doenças, 217 eram de febre maligna, mais de 26%; 181 de febres, ou seja, cerca de 20%.

Os últimos anos analisados, de 1910 a os primeiros meses de 1916, registram 777 tipos de diferentes doenças: 324 eram de maligna, isso implica em mais 46% do total; 100 casos eram de febres, ou seja, 12,8%.

Tabela: 01 – Doenças mais comuns.

Anos	1890 a 1899			1900 - 1909		
Doenças	Maligna	Febre	Outros tipos	Maligna	Febre	Outros tipos
Qtd.	104 Casos	310 casos	576 casos	217Casos	181 casos	410 casos
%	10,5	32,3	58,2	26,8	22,4	50,8

FONTE: ADLN. Paróquia de Limoeiro do Norte - Livros de óbitos n° 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Estes números nos permitem perceber como essas doenças, maligna e as febres, se tornaram endêmicas por muitas décadas em Limoeiro; pois, de acordo com os dados analisados, todos os meses que compõem o período estudado havia óbitos infantis cuja causa eram, justamente, maligna ou algum tipo de febre.

Segundo Francisco Fernandes, as causas mais frequentes de mortes infantis eram: “garrotinho, angina aguda, sufocante, laringite diftérica; phtísica, tuberculose; maligna, febre de mau caráter; laringite, inflamação da laringe; catarro maligno,

²¹ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

tuberculose; febre catarral, tuberculose; bronquite, inflamação nos brônquios; angina, inflamação nas amídalas”.²²

Analisando os dados da tabela em anexo, referentes aos óbitos do período estudado (1890-1916), podemos perceber a incidência de vários outros tipos de doenças, embora as mais frequentes tenham sido as acima citadas. De modo geral, todas essas doenças apresentavam sintomas semelhantes, pois sendo uma infecção o “organismo se manifesta alterando a temperatura corpórea causando a febre como sinal de alerta para o corpo”.²³ Desse modo, podemos observar que poderia se tratar, em muitos dos casos, dos mesmos males, mas com denominações diferentes a exemplo da angina e do garrotilho que se tratava de inflamação na garganta.

Outro fator que não devemos desprezar que justificaria a elevação do obituário infantil, é a questão dos períodos de estiagens que, sobremaneira, agrava a situação de miséria das populações sertanejas, uma vez que estas sobrevivem, basicamente, da agricultura. Assim sendo, “a inanição pela falta de alimento enfraquece o organismo e com isso o ser fica suscito a adquirir com mais facilidade as doenças, que se alastravam por todos os espaços de forma epidêmica”.²⁴

Para tanto, é importante lembrar, que o fenômeno da seca não foi o maior responsável pela mortalidade infantil em Limoeiro, e de maneira geral no Ceará, apesar de agravar o quadro de miséria da população. No que se refere ao período pesquisado (1890-1916), apenas os anos de 1900 e 1915 foram secos. Desse modo, comparando os anos secos aos demais não houve acréscimos relevantes.

No entanto, ao provocar um estado de crise na agricultura, a seca agrava o estado de miséria principalmente da população sertaneja que, de maneira mais imediata, sofria suas consequências. Em todas elas a falta de alimento e a proliferação de doenças foram uma constante determinando o óbito de idosos e crianças, uma vez que estes grupos sociais são menos providos de resistências físicas que os adultos de um modo geral.

Todas as secas registradas pela a história do nordeste, repercutiram dramaticamente em Limoeiro. Em todas elas na falta de alimento (nem sequer se dispunha da tradicional farinha de mandioca), as populações

²² FERNANDES, Francisco. Dicionário Globo. 42ª edição. São Paulo, 1996.

²³ MENEZES, Edith Oliveira; José Micaelson Lacerda Morais. Seca no Nordeste: desafios e soluções. São Paulo: Atual, 2002. p. 29.

²⁴ FERREIRA NETO, Cincinato. Estudos da História Jaguaribana: notas, documentos e ensaios diversos para a história do baixo Jaguaribe; Premium; 2003. COSTA.

arrancavam os quandus (pés de carnaúbas), para deles retirarem o palmito, de que faziam uma farinha grosseira para matar a fome. Aproveitavam o xiquexique e fazia farinha de macambira, alimento do agreste que destruíam os órgãos digestivos, provocando a morte, sobretudo de crianças e pessoas idosas.²⁵

Analisando os registros de óbitos referentes ao período de 1890 a 1916, observamos que nos meses de janeiro a maio há maior ocorrência de morte de crianças, por causas diversas. Os cinco primeiros meses do ano são, caracteristicamente, o período de chuva no Ceará. Quando ocorre a falta de chuvas, normalmente o sertanejo não tem, do ano precedente, o excedente de gêneros alimentícios que pudesse suprir as necessidades da família.

No entanto, embora os anos precedentes a estes de 1901 e 1916 não tenha sido caracterizado como seco, há, também, um aumento expressivo da mortalidade infantil se comparado aos anos anteriores (1900 e 1915), anos de seca declarada. Entendemos que este aumento se deve ao fato do agravamento das condições de misérias que foram submetidas às populações sertanejas durante os anos de 1901 e, em especial, 1916, fez com que, logo nos primeiros meses do ano de 1916, se verificasse o aumento do obituário infantil no município de Limoeiro.

Tabela 2: Número de Óbitos Infantis em Limoeiro em 1890 a 1916.

Anos	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899
Óbitos	82	75	108	62	86	140	87	136	117	126
Anos	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907	1908	1909
Óbitos	57	111	80	110	79	80	113	75	57	62
Anos	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916			
Óbitos	77	97	113	128	75	153	163			

FONTE: ADLN. Paróquia de Limoeiro do Norte - Livros de óbitos n° 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Observamos que nos anos referentes a 1900 e 1901, somam-se entre si, 167 óbitos, sendo que 57 (33,9%) destes são de 1900 e 111 (66,7%) de 1901. No que se refere aos anos de 1915/16, temos num total de 316 óbitos, ficando assim divididos: 153 (48,5%) no ano de 1915 e 163 (51,5%) no ano de 1916.

Por falta de documentação, como já havia mencionado anteriormente, a pesquisa referente ao ano de 1916 encontra-se incompleta. No entanto, os registros de óbitos referentes aos primeiros meses, do referido ano, nos possibilitam ter uma noção dos efeitos da grande seca de 1915.

²⁵ LIMA, Lauro de Oliveira. Na Ribeira do Rio das Onças. Fortaleza-Ce; Assis Almeida, 1997. p. 425.

Os assentos de óbitos nos oferecem uma visão panorâmica das diversidades de doenças que assolavam a região limoeirense e como se reproduziram durante todo o período estudado. A variação das epidemias e endemias, somadas aos períodos de estiagens, elevavam muito as causas de mortes, bem como não apenas as doenças, mas a escassez de alimentação levou muitos sertanejos a morte. Lendo um dos registros do ano de 1916 deparei com essa causa morte:

Aos seis de abril de mil novecentos e dezesseis, no lugar Arapuá, Freguesia de Limoeiro Bispaço do Ceará, faleceu de fome com seis anos de idade, Luiza, filha legítima de Francisco Mendes Martins e Luiza Maria da Conceição. Naturais e moradores desta mesma Freguesia. Seu cadáver amortalhado de verde foi sepultado no cemitério da povoação do Taboleiro de Área. (Livro de Óbito nº 10. p 198).

Mas, é bom lembrar que estes dados não nos permitem ter exatamente o número de causas e óbitos infantis, pois nem todos os casos eram notificados, já que existiam vários cemitérios clandestinos, onde muitas crianças foram sepultadas. Acontecia, ainda, de outras tantas nem serem levadas aos cemitérios, sendo enterradas em quintais de suas próprias casas. Portanto, em razão da falta de registros não podemos pensar em termos exatos de mortes.

É possível afirmar, a partir dos dados da pesquisa realizada, que não havia uma distinção para redução da mortalidade no que se refere ao sexo das crianças, pois observamos que há certo equilíbrio para com o índice de óbitos de ambos os sexos. Apesar da mentalidade decorrente desde o período colonial no Brasil, em que consistia, segundo as análises Judite Maria Barboza Trindade,

Os meninos representavam, mesmo que potencialmente, força de trabalho produtivo, possibilidade de lucro, enquanto a ideia de mulher como investimento ou ganho não existia. A mulher representava um peso para a família, ao menos até o casamento, que dependia em grande parte da existência de um dote.²⁶

Nesse contexto, percebemos que, não houve distinção de sexo, para preservação da vida de crianças na sociedade limoeirense, uma vez que observando os assentos de óbitos, fazendo análise por década do período pesquisado, percebemos certo equilíbrio de mortalidade no que se refere à sexualidade do infante.

²⁶ TRINDADE, Judite Maria Barboza. Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo, AMPUH/Humanistas Publicações, vol. 19, nº 37, 1999. Semestral, p. 42.

Tabela 3: Mortalidade por sexo.

Anos	1890 – 1899			1900 - 1909			1910 – 1916		
Sexo	FEM	MASC	*	FEM	MASC	*	FEM	MASC	*
Qtd.	436	620	14	346	450	10	345	457	09
%	40,74	57,94	1,3	42,92	55,83	1,24	42,54	56,35	1,10
Total	1,070			806			811		

FONTE: ADLN. Paróquia de Limoeiro do Norte - Livros de óbitos n° 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Legenda: Fem. = Sexo feminino; Masc. = Sexo Masculino, (*) = Não Consta a Informação do sexo.

Em Limoeiro, de acordo com os dados da tabela 5, podemos observar, em relação à mortalidade infantil por sexo, existem algumas particularidades. Na década de 1890 a 1899, num total de um mil e setenta (1.070) óbitos, quatrocentos e trinta e seis (436) pertence aos do sexo feminino, o equivalente de 40%, já o do sexo masculino chega a seiscentos e vinte (620), com porcentagem de 58%. Os que não trazem informações em seus respectivos assentos somam-se quatorze (14), cerca de 1%.

Nos dez anos equivalentes a 1900 a 1909, temos num total de oitocentos e seis (806) assentos de óbitos infantis, sendo que, trezentos e quarenta e seis destes são de crianças do sexo feminino, ou seja, 42,92%. Já os assentos referentes aos óbitos masculinos são quatrocentos e cinquenta (450), 53%, os que não trazem essas informações somam-se dez (10) casos, num percentual de 1,24%.

Os últimos sete anos pesquisados têm os seguintes números, oitocentos e onze (811) óbitos ao todo, distribuídos do seguinte modo: óbitos femininos somam-se trezentos e quarenta e cinco (42,5%), os masculinos quatrocentos e cinquenta e sete (56,35%). Os que não constam às informações somam-se nove (9) casos, ou seja, (1,10%).

Desse modo percebemos que, na sociedade limoerense da época pesquisada, não havia distinção por sexo, elegendo o masculino, na redução e preservação das vidas infantis. Analisados os assentos, observamos que, em todos os anos pesquisados, o número de óbitos masculinos é superior aos femininos, ficando evidente que não havia tratamento diferenciado para crianças no que se refere a sua sexualidade, a mortalidade, ainda que diferenciada, atingia crianças de todas, etnias e classes sociais, independentemente do sexo.

Apesar dos assentos de óbitos da Paróquia de Limoeiro não trazerem informações acerca da cor da pele das crianças, nem mesmo a classe social em que ela pertencia, em alguns casos, embora raros, ao indicar a profissão do pai, evidencia o

status social do mesmo. Outro aspecto que vem diferenciar alguns óbitos são as cores das mortalhas das crianças. Na presente pesquisa, percebemos que em Limoeiro a cor branca é predominante, embora houvesse mortalhas de cor preta, azul e verde.

Tabela 4: Cores das Mortalhas.

Anos	1890-1899				1900-1909			
Cor	BR	PR	AZ	*	BR	PR	AZ	*
Qnt.	1,009	20	01	40	721	25	04	56
%	94,2	1,8	0,9	3,7	89,4	3,1	0,49	6,9
Total	1,079				806			
Anos	1910 - 1916							
Cor	BR	PR	AZ	VER				
Qnt.	779	27	01	01				
%	96	3,3	0,12	0,12				
Total	811							

FONTE: ADLN. Paróquia de Limoeiro do Norte - Livros de óbitos n° 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Legenda: BR = Branco; PR = Preto; AZ = Azul; VER = Verde; (*) = Não Consta a Informação sobre a cor.

De acordo com Claudia Rodrigues, no Brasil do século XIX, havia toda uma simbologia religiosa referente a cor destas vestes. Assim, tanto para os cristãos como para os de religião de origem africana representavam o renascimento.

Entre os vários grupos étnicos africanos o branco simbolizava a morte. Para os cristãos, a cor simbolizava a esperança na nova vida eterna, prometida através da ressurreição, expressando também, uma identificação com o santo Sudário, tecido que envolveu o corpo de Jesus Cristo, após a morte no calvário e com a qual ressuscitou. Ainda poderíamos acrescentar que para os africanos e também para os cristãos, o branco representava tanto a morte como o renascimento, sendo este associado a ressurreição para os cristãos e para os africanos, ao renascimento para uma nova vida; estes, todavia, demonstravam maior uso dele.²⁷

O uso da mortalha de cor preta, segundo João José Reis, tanto na Corte como em Salvador no início do século XIX, tinha a significação de demonstrar o status social do defunto, uma vez que o seu uso era mais comum entre brancos e assim mostrando entre outras coisas a simbologia de distinção social.

Quanto à mortalha preta, vista pelo ângulo da cor da pele dos mortos, desponta como a mais popular entre os brancos, distinguindo-se dos demais grupos que apesar de

²⁷ RODRIGUES, Claudia. Lugares dos mortos na cidade dos vivos; tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de cultura, departamento geral de documentação e informação Cultural, Divisão de editoração, 1997.

variar em intensidade, vestem principalmente o branco. Isto sugere que o preto como vestimenta fúnebre prevalecia entre os brancos e ainda mais entre as mulheres brancas.

28

As cores das vestes fúnebres das crianças em Limoeiro durante o período estudado, nos chamam atenção pelo fato da predominância das cores branca e preta só aparecendo, esporadicamente, casos de mortalhas azuis e verdes. Como vem Lembrar João José Reis,²⁹ em Salvador, por exemplo, era comum o uso de mortalhas de outras cores como vermelho as estampadas com listas vermelhas simbolizando alegria e a inocência das crianças.

Os dados da tabela 06 nos revelam a predominância da cor branca nas vestes fúnebres infantis. Na última década do século XIX - 1890-1899, de um total de 1070 assentos, 1009, é da cor branca (94,2%). Já as pretas são apenas 20 casos (1,8%); a cor azul um (01) caso apenas, (0,9%); e, os que não trazem informações referentes à cor somam-se 40 casos, ou seja, (3,7%).

Nos dez anos seguintes, de 1900-1909, temos os seguintes dados: ao todo são 806 assentos sendo que 721 referentes às vestes de cor branca (89,9%), 25 de cor preta (3,1%), azul são apenas 04 casos (0,49%) e os que não revelam as suas respectivas cores são 56 casos (6,9%).

Os anos de 1910 a 1916 apresentam os seguintes números: 779 são de cor branca, (96%) dos casos; 27 são de cor preta, (3,3%); um (01) de cor azul; 03 não fazem referência à cor da mortalha, ou seja, (0,36%). Em toda a pesquisa aparece apenas um óbito de criança sepultada com mortalha de cor verde.

De acordo com os dados de nossa pesquisa, é possível perceber que a mortalidade infantil não era diferenciada na sociedade limoerense no que se refere às suas condições financeiras, pois não havia distinção social.

Outro aspecto importante que elevou historicamente a mortalidade infantil no Brasil, durante o período colonial até meados do século XX, foi à questão das crianças expostas em rodas das casas de misericórdia ou, até mesmo, abandonadas em residências de pessoas mais abastardas, bem como os filhos ilegítimos, àqueles nascidos de mães solteiras.

²⁸ REGIS, João José. A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no século XIX. São Paulo, CIA das Letras, 1991. p. 127.

²⁹ Idem!

As mães que enfrentavam dificuldades para manter seus filhos viam muitas vezes nas rodas a única saída. Outras tinham medo da “condenação da sociedade, o pré-julgamento contra as mães solteiras e a infâmia em que se abatia sobre essas crianças”,³⁰ uma vez que a Igreja Católica, nos seus discursos moralistas, repugnava as práticas de ter filhos fora do casamento, levavam em muito essas mulheres a abandonar sua prole, como forma de não irem contra as doutrinas cristãs ou, mais certamente, por não desejarem ser socialmente discriminadas.

Tabela: 5. Filiação das Crianças

Anos	1890-1899				1900-1909				1910-1916			
Filiação	I	E	L	Total	I	E	L	Total	I	E	L	Total
Qunt.	42	10	1.018	1.070	40	05	761	806	44	15	752	811
%	3,9	0,9	95,1	-----	4,9	0,6	94,4	-----	5,4	1,8	92,7	-----

FONTE: ADLN. Paróquia de Limoeiro do Norte - Livros de óbitos n° 05, 06, 07, 08, 09 e 10.

Legenda: I = Ilegítimo; E = Exposto; L = Legítimo.

A partir das análises dos dados documentais, podemos perceber que os casos de morte de crianças expostas e ilegítimas são muito inferiores aos filhos legítimos. De 1890-1899, temos no total de 1.070 óbitos: 42 casos de crianças ilegítimas (3,9%); 10 casos de crianças expostas em casas de famílias, (0,9%); e 1.018 casos de filhos legítimos, o que corresponde a 95,1%.

Uma década após (1900-1909), temos os seguintes dados: de um total de 806 assentos, 40 são de filhos ilegítimos, (4,9%); 05 de crianças expostas, (0,6%); e 761 de filhos legítimos, 94,4%.

Nos últimos sete anos da pesquisa (1911-1916), totalizam 811 casos divididos dessa forma: 44 para os ilegítimos, (54,4%); 15 para os expostos, (1,8%); e 752 para os legítimos, (92,7%).

Segundo os dados da tabela 6, podemos identificar que, na sociedade limoerense, são poucos os casos de crianças expostas, uma vez que, poucos são os casos que aparece nos obituários, mas podemos pensar que muitas eram sepultadas clandestinamente e assim não sendo notificadas pela a Igreja Católica em seus livros de óbitos.

³⁰ TRINDADE, Judite Maria Barboza. Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional da Associação Nacional de História. São Paulo, AMPUH/Humanistas Publicações, vol. 19, n° 37, 1999. Semestral, p. 42.

De acordo com o pensamento de André Luiz M. Cavazzani, o abandono poderia ser classificado, no período colonial e durante o século XIX no Brasil, em duas modalidades, a primeira era o “abandono infanticídio, que consistia na exposição de crianças em qualquer lugar, era deixada nua e crua ao léu, em locais ermos. Na segunda modalidade era do tipo abandono proteção, ocorrido à porta de domicílios e em outros casos, os pais valiam-se das casas de rodas”.³¹

Ainda de acordo com Cavazzani, apesar de haver essas instituições como as rodas de expostos, as crianças não estavam a salvo da morte, “muito pelo contrário a morte parecia ser uma ameaça constante, pronta a ceifar as almas em terna idade”.³²

As casas de roda eram tidas pela precariedade e insalubridade de suas instituições, como verdadeiros centros de mortalidades infantis. Segundo Maria Luiza Marcílio, “para o contexto brasileiros, apenas 20% a 30% dos que foram lançados às rodas chegariam à idade adulta”.³³

Mas, devemos ter em mente que essas instituições eram exclusividade dos grandes centros brasileiros como o Rio de Janeiro e São Paulo. Em cidades pequenas, como Limoeiro, não havia estes estabelecimentos. Assim, podemos perceber que os casos de óbitos de crianças expostas eram em residências familiares.

Desse modo podemos compreender que Limoeiro por ser, no final do século XIX e início do século XX, uma cidade do interior, com ares de Vila, não havia um número relevante de crianças abandonadas, logo por que não havia muita urbanização e nem órgão de apoio às crianças abandonadas que, de certo modo, incentivava a exposição.

De acordo com Trindade, analisando o abandono de crianças em meados século XIX na Europa e no Brasil colonial, mostra que “as mães se sentiam encorajadas pela existência de estabelecimento que acolhiam seus filhos”,³⁴ e os abandonavam por medo de enfrentar a família, por ter tido filhos fora dos rigores padrão da sociedade da época.

³¹ CAVAZZANI, André Luiz M. Um Estudo Sobre a exposição e os Expostos, na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (segunda metade do século XVIII). Discertação de Mestrado. Curitiba, 2005.

³² Op. Cit. p. 97.

³³ MACILIO, Maria Luiza. Crianças abandonadas e primitivas formas de sua proteção: século XVIII e XIX. Brasil, in anais, VII encontro nacional de estudos populacionais. Belo Horizonte. ABEP/CNPQ, 1990.

³⁴ TRINDADE, Judite Maria Barboza. O abandono da criança ou a negação do óbvio. Op. Cit. p.41.

Na presente pesquisa, percebemos que estas duas classificações, a de crianças expostas e ilegítimas, se encontram, mesmo que de modo pouco intenso, pois são escassos os casos encontrados na documentação estudada, que se tornam, de certo modo, irrelevante para compreender, neste sentido, a grande mortalidade de crianças na sociedade limoerense. Mas, mostra uma característica comum em todas as cidades do Brasil oitocentistas, a exposição e abandono de crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Trabalhando com registros paroquiais de óbitos, dispostos no Arquivo da Diocese de Limoeiro do Norte, procurei, neste trabalho monográfico, refletir sobre a mortalidade infantil em Limoeiro no período correspondente aos anos de 1890 a 1916.

Com vimos. O período acima referido foi marcado por momentos de grandes transformações, ou intervenções, sanitárias no Brasil. No entanto, de modo geral, podemos perceber que em Limoeiro poucos foram os reflexos desses eventos, pois, quando nos voltamos para a pesquisa empírica, vimos que a mortalidade infantil permanece alta em todo o período estudado, assim como a variedade de doenças que, de forma endêmica, e às vezes epidêmica, continuavam e se alastrando por todos os recantos de Limoeiro e, de maneira mais ampla, por todos os recantos do Ceará.

Somados aos poucos investimentos sanitários, os anos de estiagens provocaram, ainda mais, o aumento de doenças e mortalidade por toda a região. Assim, pedidos de socorros foram feitos pela a Câmara dos Vereadores de Limoeiro, sem, no entanto, resultar, por parte do governo, num processo de intervenção sanitária para o município.

Como os socorros públicos não chegaram à região, o aumento de óbitos foi inevitável, principalmente de crianças e velhos, por apresentarem menos resistências físicas.

Segundo análise dos óbitos estudados, percebemos que a maioria era de crianças com menos de um (1) ano de idade, revelando, assim, as precárias condições em que viviam. As causas de mortes eram as mais variadas. Entre as diversas doenças, a verminose, atualmente simples de resolver, era mortal a época.

Espero que esse trabalho possa contribuir para a História social da criança em Limoeiro, campo ainda pouco explorado pelos estudos históricos, na medida em que procurou ver, a partir dos registros paroquiais de óbitos, a mortalidade infantil, não

apenas como um fenômeno exclusivamente natural, mas, como um acontecimento social, político e acima de tudo histórico.